

## A DELICIOSA SÁTIRA AOS POLÍTICOS DO IMPÉRIO

Fernando da Cruz Gouvêa

“Sabendo eu que havia festa em Boa Viagem, com muito aparato, preparei-me para ir até lá. Mandei chamar o cabeleireiro Jaime, hoje orador da União Artística, para preparar-me o cabelo à última moda, o Numa (Numa Pompílio, cirurgião-dentista de renome no Recife e destacado membro do movimento abolicionista pernambucano) para limpar-me os dentes, e aprontar o carro com a mais linda parelha, isto é, as mais caras, e para lá dirigi-me”, assim iniciava **A Marqueza do Linguarudo** uma das suas devastadoras sátiras a elementos de proa na política pernambucana no remoto ano de 1876. Começando a circular em outubro de 1875, este “periódico crítico, satírico e joco-sério” substituiria **A Mãe do Linguarudo**, outro da série dos “Lingarudos” que apareceram no Recife com o propósito de, seguindo uma velha máxima, corrigir os costumes através do riso. Logo na sua 1ª edição, acentua Luiz do Nascimento, **A Marqueza** constataria fácil que “um título de nobreza tem imediata influência na vida pública e particular das pessoas”, e daí, empolgada com a boa acolhida dispensada pelos comprovincianos, afirmaria perentoriamente: “Não hei de morrer enquanto não endireitar esta sociedade onde o mérito é demérito, este o mérito. Creia em mim o povo, que **A Marqueza do Linguarudo** reformará o Brasil”.

Pobre **Marqueza!** morreu, sem dúvida, numa frustração muito grande, e mesmo que em lugar da breve existência de 14 meses, quando foi continuada pela **A Duqueza do Linguarudo**, tivesse alcançado uma idade bíblica, ainda assim ela não poderia entoar aqui a cançoneta francesa de grande sucesso em Paris nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial: “Tout va très bien, Madame la Marquise...”

A “**Exma. Marqueza**” defendia “democraticamente” os interesses das classes oprimidas, observa Luiz do Nascimento, que tão bem estudou a imprensa pernambucana, mas os seus redatores em meio às ironias cortantes, mostravam-se céticos em relação à natureza humana. No seu “**Credo**” ela rezava: “Creio neste mundo no poder do deus dinheiro todo poderoso, criador dos reis, ministros e exércitos; em tudo um só poder, salvo o da soberania do povo instruído de que nasceu das mãos de

Deus verdadeiro padecendo sob o poder dos tiranos, crucificado e morto pelos tributos, sepultado no abismo da tirania, há de ressurgir quando menos esperar o rei; subirá ao trono da liberdade, ficando sentado à mão direita para governar-se a si mesmo (...)"

O estilo adotado pela inquieta folha não atrairia para a sua redação intelectuais de renome, nem mesmo dela se aproximariam os costumeiros medalhões provincianos, antes ela seria elaborada por homens modestos, tipógrafos que tinham letras, como João Balbino Ramos da Silveira, um panfletário que conhecera os tempos da "Praieira", ligara-se ao Partido Liberal e já nos anos 80 sentiu-se atraído pela propaganda republicana. Balbino foi pai do também tipógrafo e articulista Calinício Ramos da Silveira, que militou na imprensa ricifense e terminou sua atividade profissional no "Diário de Pernambuco".

A **Marqueza do Linguarudo** era vendida a preços populares, ao alcance da sua presumível clientela: "Saio todos os domingos / Nesta terra a passear, / Visitando os meus leitores / Para os cobres embolsar", dizia ela em versinhos muito ao gosto da época, anunciando adiante que embora custasse 500 réis por dois meses, "logo à vista e não fiados", "também retalho-me avulsa, por quatro vinténs somente".

Em cada edição a folha arremessava dardos incandescentes contra os conservadores, acusando-os de descobrirem coisas "para conservarem sua conservação", sobretudo "o desfrute do Tesouro Nacional", preocupação que, naquela década de absoluto predomínio conservador, inspirava verdadeiros libelos escritos por liberais autênticos, inconformados com as manobras de bastidores que em 1868 arredaram do poder o gabinete progressista chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos, como queria o homem de S. Cristóvão. Em 1872, uma "pacotille" de liberais afrontava na Câmara dos Deputados a maciça carneirada de representantes conservadores:

"Aqui somos seis, mas aqui é que se acham os verdadeiros representantes da Nação... Vós representais a Nação? ! Não passais de illustres desconhecidos; consultai a vossa consciência", desafiava Silveira Martins movido "como um regimento de Frederico". Aquele gaúcho que deixaria uma marca luminosa na história do Império e do início do regime implantado pelo golpe de 15 de novembro de 1889, o político "diferente de todos os mais", como diria Joaquim Nabuco no preciso perfil do tribuno de "sopro dantoniano", surpreenderia ainda naquela sessão de 27 de dezembro de 1872, com estas palavras ásperas a bancada governista e os escribas a serviço do Partido Conservador: "Aos mercenários do poder custa pouco a baixa e vil adulação, contanto que lhes aproveite. A gratidão que lhes enche o peito, é filha da venalidade e procede diretamente do tesouro público".

Conta José Mariano Porto nos seus **Apontamentos biográficos de Gaspar Silveira Martins** (Rio de Janeiro, 1891), que, no cumprimento da missão, em nome da maioria liberal, de debater o “voto de graças” e romper com a situação presidida pelo visconde do Rio Branco, “Gaspar houve-se com tal perícia e brilhantismo, talento e critério”, que à maioria não restou outro recurso senão o de abraçar o orador rio-grandense, que fizera a sua estréia parlamentar. Se no plenário os conservadores tiveram essa reação, salienta aquele historiador que “o governo sentiu-se ferido gravemente pelo discurso de Silveira Martins. Ele lançara no seio da Câmara a confusão e a dúvida”, e como não havia ali à altura de enfrentar de igual para igual o tribuno e reduzir a sensação provocada pelas suas palavras, o próprio visconde do Rio Branco, chefe do gabinete de 7 de março de 1871, orador notáveis para circunstâncias daquela ordem, viu-se obrigado a refutar o pronunciamento do deputado liberal gaúcho. Paranhos, diria Joaquim Nabuco, fazia, na época, uso da palavra, estava em constante movimento, na Câmara e no Senado, “como uma espada em combate, a dar e a aparar golpes”.

A atuação daqueles audazes deputados oposicionistas presentes à 15ª Legislatura ganhava a opinião pública e seria uma inspiração a todos os segmentos do PL jogado no ostracismo desde que o êxito das formulações golpistas, pela primeira vez exercitadas no Império aproximando-o do estilo das repúblicas de banana, colocaram os conservadores sem voto, no governo. O Imperador, que um dia seria atingido por esse sistema, a partir daí uma constante na política brasileira, pretextaria em 1868 que para ganhar rápido a guerra contra o Paraguai, era necessário a volta dos conservadores. Observaria o autor de **Um Estadista do Império** que o monarca teve então, no governo, o partido de Caxias, seu general de confiança, Paranhos, o diplomata em que acreditava, e no Tesouro e na pasta do Império, o Partido de Itaboraí e de São Vicente.

No que tange aos liberais pernambucanos, somente em 1878 chegaria José Mariano ao plano nacional, logo conquistando suas esporas de grande cavaleiro da tribuna parlamentar, embora o povo recifense já conhecesse de sobra, nas praças públicas, a força das suas palavras. Na província, a barricada liberal para resistência ao rolo compressor governista residiria essencialmente na imprensa, cada folha oposicionista faria uso nas permanentes polêmicas com os conservadores, de uma linguagem em que a maior ou menor virulência refletia os numerosos matizes nem sempre ideológicos dos grupos políticos que integravam o “grande” Partido Liberal, derivados da luta pelo poder.

**A Marqueza do Linguarudo**, embora procurasse transmitir antes de tudo a imagem de uma folha independente face ao jogo partidário, não pouparia por vezes os próprios republicanos nas suas galhofas, sem esconder com isso uma evidente simpatia pelo barrete frígio. É claro

que os conservadores, tranqüilos desfrutadores do poder, receberiam as críticas mais severas, enquanto os liberais sentiam de quando em vez as cutiladas venenosas da irreverente **Marqueza**. O alvo predileto quase sempre eram os antigos conservadores que, depois do estágio nos arraiais progressistas, passaram para as fileiras do Partido Liberal de Pernambuco, e não tardaram a empolgar a sua direção. Para os desafetos do barão de Vila Bela, a confiança por ele ganha dos novos correligionários resultara daquela "gravidade natural" atribuída ao "Leão de Caraúna" em chistosos versinhos espalhados com a intenção de esvaziar o político que discordara, não por oportunismo, como se veria, do conservadorismo imobilista de quantos haviam permanecido na facção oligárquica, e aceitara, sem restrições, o programa liberal de reformas para a vida brasileira. Na verdade, a maioria liberal elegeu Vila Bela presidente do diretório provincial ao se convencer de que ele reunia boas condições para o trabalho de consolidação da unidade do partido, afinal obtida com competência e sobretudo com uma dedicação que chegaria a prejudicar os seus interesses de agricultor. A sua moderação foi igualmente levada em conta como fator decisivo para a condução da seção provincial de um partido que se não caracterizava pelo homogeneidade. Aos poucos Vila Bela atrairia partidários desanimados face à dureza do ostracismo, com muita habilidade ele lançou pontes na direção dos radicais e "históricos" inconformados com o fato de estar o partido dirigido por um antigo "guabiru" que atirara contra liberais no ataque dos guerrilheiros da "Praia" ao seu engenho Caraúna, em janeiro de 1849.

O gradual afastamento de Vila Bela dos conservadores no começo dos anos 50, o ingresso, juntamente com outros companheiros, seguindo o marquês de Olinda, seu amigo e chefe político de todas as horas, na Liga Progressista, o exercício por duas vezes da presidência da Província quando o novo Partido Progressista esteve à frente do governo imperial, e posteriormente a profícua atuação dirigindo o Partido Liberal reunificado, quando Souza Leão demonstrou em seguidos pronunciamentos uma consciência profundamente liberal, segundo os valores da época, tudo isso jamais seria suficiente para redimí-lo aos olhos dos radicais, José Mariano à frente, do pecado original das suas ligações com os conservadores, iniciadas em 1841 como integrante da oligarquia Rego Barros — Cavalcanti, que dominava Pernambuco, de tradição libertária, mas sempre uma presa fácil, no Império e na República, de oligarquias.

Em janeiro de 1876, passava Vila Bela o verão na então distante e tranqüila Boa Viagem, quando a festa da padroeira do povoado inspirou uma ferina sátira d'**A Marqueza do Linguarudo**, edição de domingo, 20 de fevereiro daquele ano, em que a figura central seria o chefe liberal, citado como "Barão de Vila Feia". Começaria a **Marqueza** dizendo que apenas chegara à Boa Viagem, pusera-se a procurar um lugar para descansar, quando, de repente, ouviu uma voz a chamá-la: "Marqueza! V. Excia.

por aqui? Entre, esta casa é nossa”. Virando-se, notou que era o “chefe dos liberais, outrora adido dos conservadores e inimigo acérrimo do povo, barão de Vila Feia”. Após a convencional troca de amabilidades, ela entrou, sentara e tocara a conversar com o dono da casa. Logo, porém, “o diabo do barão” saíu com “a maldita política”, assunto que lhe não apetecia no momento. Segundo ela, claramente explicou ao anfitrião: “o que eu quero é festa, comer, beber e... (lá vinha escrito com todas as letras do termo cambroneano) para todos os políticos venais”.

O barão de pronto concordou, e incontinenti convidou a nobre hóspede para o almoço, prometendo ainda que logo iriam todos à festa. À mesa, porém, a **Marqueza** teve a surpresa de encontrar diversos conservadores, liberais e republicanos, “que estavam a encherem as panças”. Não conseguiria, diante disso, evitar uma indagação indiscreta dirigida ao presidente do diretório liberal, que em breve seria apontado pelos radicais do seu partido, como o chefe de uma nova oligarquia: “Barão, V. Excia. não é liberal? Como tem na sua mesa republicanos?” “A Marqueza já principia com suas histórias”, replicaria um tanto ressabiado o anfitrião, que adiantaria à “ingênua” visitante: “Não sabe que com os grandes e nobres não há essa reserva, mas sim com os pequenos e plebeus que servem de nossos degraus; estes é que se intrigam, esbofeteam-se, matam-se, para sermos grandes e depois em recompensa o chicote e o azourrage?”

Essa explicação que hoje dir-se-ia “pragmática”, deixou no primeiro momento a **Marqueza** um tanto pasma; todavia logo ela comentaria sem cerimônia, posto que com evidente ceticismo: “Ah! é bom que V. Excia. mesmo confesse isto, e este povo ainda se ilude com liberdade e melhoramentos do Partido Liberal e Conservador”.

Parecia a nobre visitante ainda resguardar uma pequena esperança nos republicanos, aliás presentes ao regabofe do barão, como de resto estariam a todos os festins daquele e de outros tipos pós 1889. Cismava sobre estas coisas a **Marqueza** quando espocou intenso foguetório. “Entrou a festa, barão, vamos, que quero apreciar o sermão santo do Espírito amante dos meninos. Vamos, **Marqueza** que tenho uma tribuna, porque os fidalgos e nobres não se misturam com a canalha”. E lá foram todos participar da festa, e uma vez acabada a celebração, voltaram eles para a casa do barão, “cuidar da barriga, que é só no que se deve cuidar”, preocupação, aliás, que ela constataria ser comum a todos os presentes naquele dia na Boa Viagem ainda uma praia limpa, de coqueiros, mangueiras, cajueiros, fruta-pão e peixes trazidos pelas jangadas.

Como decorreu a nova refeição, nos conta a **Marqueza** com a sua pena terrivelmente ferina: “Quando estávamos a comer, um barão conservador pegou no copo e disse: “Vou beber à saúde do meu amigo e correligionário de 1848 e hoje chefe do Partido Liberal, e mais tarde espero que esteja conosco. Todos bebemos! Hip, hip, hip-ou-ou!” Naquele

momento, um grande liberal de óculos fez um importante discurso, que para ela parecia antes uma conversa, e ao concluir, diria: “Viva o nosso prestimoso chefe”. Todos e tudo responderam com um estrondoso viva ao “senhor barão de Vila Feia”, proposto por um republicano liberal. “Eu não queria passar por pêca, também dei o meu viva a todos os políticos barrigudos”, mas diante desse adjetivo muito usado na época para qualificar aqueles tipos oportunistas, macios, interesseiros e gananciosos — “políticos da barriga é uma grande realidade, e a mais sábia, profícua e segura de todas as políticas... A alma de todos os ganhadores políticos está na barriga”, dizia **O Campeão**, em 1861, citado por Pereira da Costa no seu **Vocabulário Pernambucano** — revelaria a “Marqueza” que um silêncio profundo envolveu o seu brinde: “ninguém respondeu!”.

Decidida a desmascarar o jogo hipócrita dos políticos, as palavras de enganos e imposturas que eles costumam pronunciar, contaria a “Marqueza” que o jantar chegou ao fim “com muitos vômitos, dores de cabeça e de barriga e muita... (aqui, novamente ela escreveria, sem atentar para a etiqueta, o termo cambroneano). “À noite fui para o Te-Deum e só vi e ouvi as baronesas repreendendo o pegador do turbulo: retire-se com este turbulo, que está defumando a gente e não podemos cantar”, contava a irreverente cronista que parecia não acreditar muito na religiosidade das respeitáveis damas representativas daquela sociedade de senhores que veraneava em Boa Viagem. Uma vez concluído o Te-Deum, restaria assistir ao fogo que tinham anunciado: “Tendo eu de retirar-me fui instada pelos fidalgos e o barão de Vila Feia para ver o fogo, ao que acedi. Ah! leitores, que carapetão me pegaram! Fechou-se a igreja, deu nove horas, dez, ficou o pátio solitário, e nada de fogo. Eu, velha de 120 anos ainda cair nestas esparrelas”, desabafaria a “Marqueza” contra mais uma falsa promessa daqueles “barrigudos”.

No final da sua maliciosa sátira sobre os políticos, destruidores das ilusões de um povo ingênuo levado a acreditar nas bravatas e argumentos por eles manifestados, comentaria **A Marqueza do Linguarudo**, cuja coleção é guardada no Arquivo Público Estadual: “Para falar a verdade, a festa da Boa Viagem esteve insípida, a única graça que teve foi ser concorrida por muitos titulares, fazendo eu também parte”.

(Diário de Pernambuco, 3 de fevereiro de 1985)